

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2024

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICA S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Ventos Fortes Geradora Eólica S.A.
Pedra Grande - RN

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Ventos Fortes Geradora Eólica S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - RN

Henrique Herbél De Melo Campos
Contador CRC 1 SP 181015/O-3 - S - RN

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICAS.A.
CNPJ: 12.985.237/00001-58
Balanços patrimoniais individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	3	7	987	Fornecedores	9	328	608	1.502	2.505
Aplicações financeiras	4	713	241	46.118	59.730	Financiamentos	10	-	-	28.442	29.636
Contas a receber	5 e 11	-	1.210	7.240	12.153	Obrigações tributárias		1	-	1.508	1.405
Estoques		-	-	79	79	Dividendo a pagar	11	5.547	4.618	5.547	4.618
Impostos a recuperar		6	-	155	147	Partes relacionadas	11	-	-	-	-
Dividendo a receber	11	5.536	3.517	-	-	Arrendamentos a pagar	8	-	-	873	826
Despesas antecipadas		-	-	973	919	Contas a pagar		-	-	-	73
Outras Contas a Receber		-	-	-	10			5.876	5.226	37.873	39.062
		6.257	4.971	54.572	74.025	Não circulante					
Não Circulante						Financiamentos	10	-	-	229.146	251.533
Contas a receber		-	-	5.315	-	Partes relacionadas	11	17.948	42.934	17.948	42.934
Depósitos Judiciais		-	-	93	93			-	-	3.504	3.212
Partes relacionadas	11	9.873	28.112	-	-	Provisão para desmobilização	8	-	-	-	-
Investimentos	6	338.240	327.812	-	-	Arrendamentos a pagar		-	-	20.952	22.428
Imobilizado	7	-	-	579.988	597.792	Contas a pagar	8	-	-	-	-
Intangível		-	-	1	-			17.948	42.934	271.551	320.112
		348.113	355.925	585.397	597.885	Patrimônio líquido	13				
						Capital social		288.383	288.383	288.383	288.383
						Reservas de lucros		42.162	24.353	42.162	24.353
								330.545	312.736	330.545	312.736
Total do Ativo		354.370	360.896	639.969	671.909	Total do passivo e patrimônio líquido		354.370	360.896	639.969	671.909

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICAS.A.
CNPJ: 12.985.237/00001-58
Demonstrações do resultado individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida de vendas	14	-	-	116.522	111.407
(-) Custo dos produtos vendidos	15	-	-	(63.014)	(59.996)
(=) Lucro bruto		-	-	53.508	51.411
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	15	(53)	(74)	(7.173)	(7.880)
Resultado de equivalência patrimonial	6	23.310	19.516	-	-
Outras receitas/(despesas) líquidas	15	34	-	155	(35)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		23.292	19.442	46.490	43.496
Receitas financeiras	16	88	3	5.229	6.066
Despesas financeiras	16	(2)	(1)	(22.974)	(24.611)
(=) Resultado financeiro líquido		86	2	(17.745)	(18.546)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		23.378	19.444	28.745	24.950
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	17	(21)	(1)	(5.388)	(5.507)
(=) Lucro líquido do exercício		23.357	19.443	23.357	19.443
Lucro líquido por ação		0,077	0,064	0,077	0,064

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICAS.A.
CNPJ: 12.985.237/00001-58
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício	23.357	19.443	23.357	19.443
Outros resultados abrangentes				
Total do resultado abrangente do exercício	<u>23.357</u>	<u>19.443</u>	<u>23.357</u>	<u>19.443</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICAS.A.
CNPJ: 12.985.237/00001-58
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas		(Prejuízos) / Lucros acumulados	Total
			Legal	Lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		288.383	840	11.857	-	301.080
Lucro líquido do exercício		-	-	-	19.443	19.443
Reserva legal	13.b	-	973	-	(973)	-
Dividendos propostos	13.c	-	-	-	(4.168)	(4.168)
Dividendos adicional	13.c	-	-	(3.169)	-	(3.169)
Reserva de retenção de lucros	13.d	-	-	13.853	(13.853)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		288.383	1.813	22.540	-	312.736
Lucro líquido do exercício		-	-	-	23.357	23.357
Reserva legal	13.b	-	1.168	-	(1.168)	-
Dividendos propostos	13.c	-	-	-	(5.547)	(5.547)
Dividendos adicional	13.c	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	13.d	-	-	16.641	(16.641)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		288.383	2.981	39.181	-	330.545

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICAS.A.
CNPJ: 12.985.237/00001-58
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício		23.357	19.443	23.357	19.443
Itens que não afetam o caixa operacional					
(-) Resultado de equivalência patrimonial	6	(23.310)	(19.516)	-	-
(+) Depreciação e amortização	7	-	-	25.747	24.641
(+) Custo residual do ativo imobilizado		-	-	22.206	24.491
(+) Juros e variações monetárias		-	-	36	(14)
		46	(73)	71.345	68.561
Aumento líquido/(Redução) nos ativos					
Aplicação financeira		(472)	(232)	13.612	(13.535)
Contas a receber		1.210	(1.210)	6.123	(1.221)
Estoques		-	-	-	(6)
Impostos a recuperar		(6)	-	(8)	(5)
Despesas antecipadas		-	-	(54)	(621)
Outras contas a receber		-	-	(5.305)	(10)
Aumento líquido/(redução) nos passivos					
Fornecedores		(280)	592	(2.214)	1.089
Obrigações tributárias		1	-	104	77
Outras contas a pagar		-	-	(73)	(445)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		499	(923)	85.530	53.884
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado		-	-	(8.600)	-
Dividendos recebidos	11	10.863	4.436	-	-
Partes relacionadas	11	18.240	5.770	-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		29.103	10.206	(8.600)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Partes relacionadas	11	(24.986)	(2.000)	(24.986)	(2.000)
Dividendos pagos	11	(4.618)	(7.282)	(4.618)	(7.282)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	10	-	-	(22.983)	(20.198)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	10	-	-	(20.855)	(21.598)
Arrendamentos pagos		-	-	(2.468)	(2.535)
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		(29.603)	(9.282)	(75.909)	(53.613)
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		(2)	1	(980)	271
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		3	2	987	715
No fim do exercício		1	3	7	987
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		(2)	1	(980)	271

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. (“Companhia”), atualmente com a sede no município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte, na Fazenda Boca de Campo, S/N, Zona Rural, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 29 de outubro de 2010.

A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços em negócios de energia elétrica e apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas; participação no capital social de outras sociedades que exerçam atividades de geração e comercialização de energia eólica, atuando como investidora em suas controladas.

As controladas da Companhia têm por objeto social a geração de energia elétrica através da fonte eólica, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, implantação, montagem e administração de projetos de geração de energia eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, um complexo de cinco parques localizados nos municípios de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso, no Rio Grande do Norte, com um total de 71 aerogeradores, com sua potência instalada de 130MV.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 28 de fevereiro de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Uso de estimativa e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras Individuais E Consolidadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 7 - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Nota 8 - Provisões para desmobilização;
- Nota 12 - Provisão para demandas judiciais;
- Nota 18 - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras Individuais E Consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras Individuais E Consolidadas individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado.

3.3. Aplicação financeira

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.5. Instrumentos financeiros

3.5.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas controladas tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas).

Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo.

3.6. Investimento

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa; e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.7. Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas.

3.8. Fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

3.9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São registrados pelas controladas pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

3.10. Arrendamento mercantil

3.10.1. Definição de arrendamento

De acordo com o CPC 06 (R2) /IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

3.10.2. Como arrendatário

As controladas arrendam imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2) /IFRS 16, a controladas reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). As controladas reconhecem os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

As controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da controlada.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a controlada alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 9.

3.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R\$240 e 9% para contribuição social.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.13. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

3.14. Capital social

Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.15. Apuração do resultado

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas.

A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

3.15.1. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, tarifas bancárias e comissões de fiança.

3.15.2. Custo do serviço de energia elétrica

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024.

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

3.16.1. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

3.16.2. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento;

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

3.16.3. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1);

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Consulte a Notas 8 e 9 para obter mais detalhes.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

3.17. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024.

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.
- A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

3.17.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações Financeiras individuais e consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. e de suas controladas, conforme detalhado a seguir:

Empresa	Tipo de controle	Participação acionária - %	
		2023	2022
Forte Cante de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	100	100
SM Geração de Energia Eólica S.A.	Integral - Direto	100	100
Ventos de Santo Antônio Geradora Eólica S.A.	Integral – Direto	100	100
Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral – Direto	100	100
Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A.	Integral – Direto	100	100

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Bancos conta movimento	1	3	7	987
Aplicações financeiras (a)	713	241	46.118	59.730
	<u>714</u>	<u>244</u>	<u>46.125</u>	<u>60.717</u>

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,15% a.a. em 2024 (13,03% a.a. em 2023).

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber (a)	-	-	7.240	12.153
Contas a receber – partes relacionadas (Nota 13)	-	1.210	-	-
	<u>-</u>	<u>1.210</u>	<u>7.240</u>	<u>12.153</u>

- (a) O “Contas a receber” das controladas refere-se à comercialização de energia eólica através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. INVESTIMENTO

	Controladora	
	2024	2023
Saldo inicial	327.812	314.982
(+) Recebimentos de dividendos adicional (a)	(7.346)	(3.169)
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial (c)	23.310	19.516
(-) Dividendos propostos (b)	(5.536)	(3.517)
(=) Total da Movimentação de Investimento	<u>338.240</u>	<u>327.812</u>
Dividendos recebidos		
Dividendos mínimo recebidos de exercícios (a)	3.517	1.267
Dividendos adicional recebidos do exercício (a)	7.346	3.169
Total de Investimento	<u>10.863</u>	<u>4.436</u>

- (a) Durante o exercício foram recebidos de suas controladoras como distribuição de lucro o montante correspondente de R\$10.863 mil, desse valor R\$7.346mil referem se a dividendos adicionais de 2024, e R\$3.517 mil de dividendo proposto em 2023 recebidos durante o exercício de 2024;

- (b) Dividendos proposto de conforme estatuto de suas controladas; e

(c) Corresponde o resultado de equivalência patrimonial, sobre as participações societárias avaliadas e representadas conforme demonstrado a seguir:

Controladas	Patrimônio Líquido 2023	Dividendos Adicional	Equivalência Patrimonial	Participação no Capital	Dividendos Mínimo	2024
Ventos de Santo Antônio	66.489	(1.477)	3.280	100%	(779)	67.513
Ventos do Canto de Baixo	71.708	(1.430)	3.464	100%	(823)	72.919
Ventos Parazinhenses	41.513	-	4.860	100%	(1.154)	45.219
SM Geração de Energia	63.853	(1.430)	6.697	100%	(1.591)	67.529
Forte Canto de Baixo	84.249	(3.009)	5.009	100%	(1.189)	85.060
	<u>327.812</u>	<u>(7.346)</u>	<u>23.310</u>		<u>(5.536)</u>	<u>338.240</u>

7. IMOBILIZADO

	Consolidado	
	2024	2023
Aerogeradores	528.889	550.954
Veículos	2.761	-
Instalações e benfeitorias	11.231	11.727
Equipamentos de informática	209	219
Máquinas e equipamentos	17.669	13.726
Móveis e utensílios	261	270
Direito de uso	18.968	20.896
	<u>579.988</u>	<u>597.792</u>

As suas controladas acompanham anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Consolidado	Taxa de Depreciação a.a.	2022	Adições	2023	Adições	2024
Custo						
Aerogeradores	-	661.679	173	661.852	-	661.852
Veículos	-	-	-	-	3.582	3.582
Instalações e benfeitorias	-	13.869	-	13.869	(43)	13.826
Equipamentos de informática	-	285	-	285	-	285
Máquinas e equipamentos	-	16.674	-	16.674	5.019	21.693
Móveis e utensílios	-	317	-	317	-	317
Imobilização de andamento	-	175	(175)	-	-	-
		<u>692.999</u>	<u>(2)</u>	<u>692.997</u>	<u>8.558</u>	<u>701.555</u>
Depreciação						
Aerogeradores	3,3	(88.839)	(22.059)	(110.898)	(22.065)	(132.963)
Veículos	25	-	-	-	(821)	(821)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(1.680)	(462)	(2.142)	(453)	(2.595)
Equipamentos de informática	4 a 25	(57)	(9)	(66)	(10)	(76)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(2.199)	(749)	(2.948)	(1.076)	(4.024)
Móveis e utensílios	-	(35)	(12)	(47)	(9)	(56)
		<u>(92.810)</u>	<u>(23.291)</u>	<u>(116.101)</u>	<u>(24.434)</u>	<u>(140.535)</u>
Direito de uso						
Contratos de arrendamento	-	24.150	1.657	25.807	(621)	25.186
(-) Amortização	-	(3.685)	(1.226)	(4.911)	(1.307)	(6.218)
		<u>20.465</u>	<u>431</u>	<u>20.896</u>	<u>(1.928)</u>	<u>18.968</u>
		<u>620.654</u>	<u>(22.862)</u>	<u>597.792</u>	<u>(17.804)</u>	<u>579.988</u>

8. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia e suas controladas possui contratos de arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos.

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Ativo		
Direito de uso do ativo arrendado	25.186	25.807
Amortização do período	(6.218)	(4.911)
Saldo contábil líquido	<u>18.968</u>	<u>20.896</u>
	Consolidado	
	2024	2023
Passivo		
Arrendamento a pagar	2.468	2.535
(-) Juros a apropriar	(1.595)	(1.703)
	<u>873</u>	<u>832</u>
Arrendamento a pagar	33.585	37.061
(-) Juros a apropriar	(12.633)	(14.633)
Provisão de Desmobilização (a)	3.504	3.212
	<u>24.456</u>	<u>25.640</u>
Saldo contábil líquido	<u>25.329</u>	<u>26.472</u>

Passivo total

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a., considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento de suas controladas.

(a) A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contém obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes, devem constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25.

Os juros sobre arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescentes dos contratos.

Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	2024
2026	941
2027	1.013
2028	1.091
2029	1.175
2030	1.265
2031 em diante	15.467
	<u>20.952</u>

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

9. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores	328	608	1.502	2.505
	<u>328</u>	<u>608</u>	<u>1.502</u>	<u>2.505</u>

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica e contratação de seguros. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com suas controladas e coligadas.

10. FINANCIAMENTOS E DEBENTURES

Correspondem às obrigações da Companhia junto as instituições financeiras conforme a seguir:

Abertura do Saldo Contábil	Consolidado	
	2024	2023
Financiamento BNB	257.588	281.168
Saldo contábil	<u>257.588</u>	<u>281.168</u>
Circulante	28.442	29.636
Não Circulante	229.146	251.533

Movimentação Consolidado

Saldo em 2023	Captação	Juros do exercício	Pagamento Principal + Juros	Saldo em 2024
281.168		18.216	(41.796)	257.588

As Controladas firmaram o contrato de financiamento junto à instituição financeira Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em dezembro de 2018, perfazendo um total de R\$402.800mil, na data de emissão. Os encargos incidentem a dívida corresponde a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) apurada mensalmente, "pro rata die", com o vencimento final em 15 de janeiro de 2.035.

Os recursos obtidos foram usados para construção dos parques eólico e as instalações das Controladas junto ao BNB, para recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital.

O contrato está garantido pela fiança bancária do BNB tendo a garantia de 100% do saldo devedor acrescidos de seus encargos.

11. PARTES RELACIONADAS

Descrição	Mútuo/ contas a Receber (ativo não circulante)		Mútuo/ contas a pagar (passivo não circulante)			
	Controladora (a)		Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Ventos Parazinhenses	9.873	18.873	-	-	-	-
SM Geração de Energia	-	9.240	-	-	-	-
Serveng Energia Renováveis	-	-	17.948	42.934	17.948	42.934
	<u>9.873</u>	<u>28.112</u>	<u>17.948</u>	<u>42.934</u>	<u>17.948</u>	<u>42.934</u>

(a) Os saldos correspondem a valores a receber referente a mútuo com suas controladas;

Descrição	Dividendos a receber (ativo circulante)		Dividendos a pagar (passivo circulante)			
	Controladora		Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Ventos de Santo Antônio	779	493	-	-	-	-
Ventos do Canto de Baixo	823	476	-	-	-	-
Forte Canto de Baixo	1.154	1.003	-	-	-	-
Ventos Parazinhenses	1.591	1.047	-	-	-	-
SM Geração de Energia	1.189	498	-	-	-	-
Serveng Energia Renováveis	-	-	5.547	4.618	5.547	4.618
	<u>5.536</u>	<u>3.517</u>	<u>5.547</u>	<u>4.618</u>	<u>5.547</u>	<u>4.618</u>

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

12. PROVISÃO

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária), quando aplicável, são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

13. PATRIMONIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social integralizado de R\$288.383 mil em 31 de dezembro de 2024, está representado por 304.320 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R\$2.981mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.813mil em 31 de dezembro de 2023).

	2024	2023
Saldo inicial	1.813	840
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	1.168	973
	<u>2.981</u>	<u>1.813</u>

(c) Dividendos mínimo

De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo s mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	23.357	19.443
Constituição da reserva legal (5%)	(1.168)	(973)
Base de Cálculo dos dividendos	<u>21.189</u>	<u>18.470</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>(5.547)</u>	<u>(4.618)</u>
	<u>16.641</u>	<u>13.853</u>

(d) Reserva Lucros

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo é de R\$39.181 mil (R\$22.540 mil em 2023).

14. RECEITA LIQUIDA

Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Receitas		
Venda de energia mercado livre	88.747	84.601
Venda de energia mercado CP	170	157
Venda de energia mercado regulado	32.019	30.558
Venda de energia elétrica múltiplo	-	312
	<u>120.936</u>	<u>115.628</u>
Impostos sobre faturamento		
PIS sobre faturamento	(786)	(759)
COFINS sobre faturamento	(3.628)	(3.462)
	<u>(4.414)</u>	<u>(4.221)</u>
Receita líquida	<u>116.522</u>	<u>111.407</u>

As receitas das controladas são reconhecidas por competência, pela comercialização das suas controladas. Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 5. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

15. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir:

15.1. Custos de operação e outras receitas/despesas operacionais

Classificação por função	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo dos produtos vendidos	-	-	(63.014)	(59.996)
Despesas administrativas e gerais	(53)	(74)	(7.173)	(7.880)
Resultado de equivalência patrimonial	23.310	19.516	-	-
Outras receitas (despesas) líquidas	34	-	155	(35)
	<u>23.292</u>	<u>19.442</u>	<u>(70.032)</u>	<u>(67.911)</u>

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo de energia	-	-	(9.287)	(8.987)
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	(7.430)	(7.201)
Despesas com pessoal	-	-	(3.958)	(4.701)
Material	-	-	(837)	(960)
Serviços de terceiros	(24)	(41)	(17.777)	(16.634)
Depreciação e amortização (i)	-	-	(25.754)	(24.462)
Seguros	-	-	(3.446)	(2.837)
Tributos e taxas	(7)	(9)	(802)	(972)
Aluguel	-	-	-	(24)
Outras (despesas)/receitas operacionais	23.323	19.492	(741)	(1.133)
	<u>23.292</u>	<u>19.442</u>	<u>(70.032)</u>	<u>(67.911)</u>

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LIQUIDAS

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Rendimentos sobre aplicações financeiras	88	3	5.223	6.053
Outras	-	-	6	13
	<u>88</u>	<u>3</u>	<u>5.223</u>	<u>6.066</u>

Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	-	-	(20.258)	(22.402)
Juros sobre arrendamento	-	-	(1.655)	(1.778)
Despesas bancárias	(1)	(1)	(437)	(34)
Outras Despesas	(1)	-	(624)	(397)
	<u>(2)</u>	<u>(1)</u>	<u>(22.974)</u>	<u>(24.611)</u>

Total	<u>86</u>	<u>2</u>	<u>(17.745)</u>	<u>(18.546)</u>
-------	-----------	----------	-----------------	-----------------

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE

Reconciliação do imposto de e contribuição social

	Consolidado	
	2024	2023
Imposto de Renda		
Receita bruta	120.936	119.954
Alíquota	8%	8%
	<u>9.675</u>	<u>9.596</u>
Outras receitas, inclusive financeiras.	5.271	6.066
Base de cálculo	<u>14.946</u>	<u>15.661</u>
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(2.242)	(2.345)
Adicional federal de 10%	(1.366)	(1.315)
Imposto apurado	<u>(3.608)</u>	<u>(3.665)</u>
Contribuição social		
Receita bruta	120.936	119.954
Alíquota	12%	12%
	<u>14.513</u>	<u>14.394</u>
Outras receitas, inclusive financeiras.	5.271	6.066
Base de cálculo	<u>19.784</u>	<u>20.457</u>
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	<u>(1.780)</u>	<u>(1.841)</u>
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u>(5.388)</u>	<u>(5.507)</u>
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	126.207	126.019
Imposto calculado (IR/CS)	<u>(5.388)</u>	<u>(5.507)</u>
	<u>4,27%</u>	<u>4,37%</u>

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

18.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas não reconhecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é com partes relacionadas.

18.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	1.502	-	-
Financiamentos	28.442	56.884	172.262

18.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

18.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2024 a exposição máxima é de R\$53.365 mil no consolidado e R\$714mil na controladora (R\$72.870 mil no consolidado e R\$1.454 mil na controladora em 2023) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

18.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

18.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações financeiras:

Consolidado	Valor contábil		Valor justo	
	2024	2023	2024	2023
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	7	987	7	987
Aplicações financeiras	46.118	59.730	46.118	59.730
Contas a receber	7.240	12.153	7.240	12.153
Outras contas a receber	-	-	-	-
Total	53.365	72.870	53.365	72.870
Passivos financeiros				
Fornecedores	1.502	2.505	1.502	2.505
Financiamentos	257.588	281.168	257.588	281.168
Total	259.090	283.673	259.090	283.673

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

18.7. Instrumentos financeiros por categoria

Consolidado	2024		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	-
Contas a receber	-	46.118	-
Outras contas a receber	7.240	-	-
Total	7.247	46.118	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	1.502
Financiamentos	-	-	257.588
Total	-	-	259.090
Consolidado	2023		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	987	59.730	-
Contas a receber	12.153	-	-
Outras contas a receber	-	-	-
Total	13.140	59.730	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	2.505
Financiamentos	-	-	281.168
Total	-	-	283.673

18.8. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

18.9. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O principal risco atrelado às operações da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 3 cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,15% (13,03% em 2023) para o CDI e 7,43% (6,55% em 2022) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	25%	50%
Apliação financeira		CDI					
Receita financeira	5.229	12,15%	635	794	953	476	318
Financiamentos		TJLP					
(-) Despesa financeira	(22.974)	7,43%	(1.707)	(2.134)	(2.560)	(1.280)	(853)
Resultado financeiro			<u>(1.072)</u>	<u>(1.340)</u>	<u>(1.607)</u>	<u>(804)</u>	<u>(536)</u>

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

Thadeu Luciano Marcondes Penido
Diretor Presidente

Cleiton Lameira Falci
CRC 1SP252875/O-1
Contador